

ALADI/CR/Ata 703
9 de junho de 1999
Hora: 10h às 12h50m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes do Senhor Embaixador Wang Zhen como Observador da República Popular da China.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 700ª, 701ª e 702ª sessões.
4. Relatório da Comissão de Orçamento.
5. Convocação da Primeira Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI (ALADI/SEC/Proposta 212/Rev. 1).
6. Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/CR/PR 173).
7. Apresentação do Relatório da XXXIV Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (Santiago do Chile, 11 e 12 de maio) (ALADI/CFM/XXXIV/Ata).
8. Apresentação do Estudo sobre “Evolução do Processo de Integração Regional” (ALADI/SEC/Estudo 123).
9. Assuntos diversos.

- Relatório sobre a viagem do Secretário-Geral (XXX aniversário da assinatura do Acordo de Cartagena).
- Situação em que se encontra a adesão da República de Cuba ao Tratado de Montevidéu 1980.

Preside:

AUGUSTO BERMÚDEZ ARANCIBIA

Assistem: Noemí Gómez, Flaviano G. Forte, Gustavo Vivacqua e Julia Adriana Gabriela Pan (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e María Elena García de Baccino (Bolívia), Afonso José Sena Cardoso, Flávio Marega e Eduardo Paes Sabóia (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia, Flavio Tasseti Quezada e Alejandro Marisio (Chile), Manuel José Cárdenas e Fabio Emel Pedraza Pérez (Colômbia), José Serrano Herrera, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Rogelio Granguillhome, Julio Lampell e Arturo Juárez (México), Luis Alfonso Copari (Paraguai), José Eduardo Chávarri García, Agustín de Madalengoitia e Elizabeth González de Fábrega (Peru), Carlos Zeballos, José Roberto Muinelos e Elizabeth Moretti (Uruguai), Ruben Pacheco e Yaritza Barbosa (Venezuela), Ma. Eugenia Quesada Fonseca (Costa Rica), Wang Zhen (China), David Ruano Lemus (Guatemala), Elia Del Carmen Guerra-Guijano (Panamá) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

Secretaria: Alberto Otero Bosque e Gonzalo Rodríguez Gigena.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Levando em conta que ontem se reuniu a Comissão de Orçamento, deveríamos acrescentar um ponto 4, "Relatório da Comissão de Orçamento e consideração do projeto de resolução".

Se não há observações sobre o novo ponto 4 e sobre os demais, consideramos aprovada a ordem do dia.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Corresponderia incluir também o tema do ingresso de Cuba, tratado na reunião do grupo de trabalho, para atualizar e revisar a situação em que se encontra esse tema.

PRESIDENTE. Por conseguinte, em assuntos diversos trataríamos tanto a adesão de Cuba como a viagem do Secretário-Geral à Comunidade Andina.

Alguma observação ou comentário?

Se estivermos de acordo, consideraríamos APROVADA a ordem do dia.

- Incorporação ao Comitê de Representantes do Senhor Embaixador Wang Zhen como Observador da República Popular da China.

PRESIDENTE. A seguir, realizaríamos a incorporação, como Observador, do Embaixador da República Popular da China, Senhor Wang Zhen.

Senhor Embaixador, aproxime-se, por favor.

- Ocupa um lugar na mesa o Embaixador da República Popular da China, como Representante Observador.

PRESIDENTE. Em nome do Comitê de Representantes temos o prazer de receber o Embaixador da República Popular da China, esperando poder manter com ele as tradicionais relações de amizade e de cordialidade que tivemos com os anteriores Representantes desse país, nesta Casa.

Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Desejamos aderir às boas-vindas ao Embaixador Wang Zhen, Representante Observador da República Popular da China, homem com amplo conhecimento da América Latina e, sobretudo, da língua espanhola, porque esteve dez anos representando seu país no Reino da Espanha. Esperamos que sua incorporação ao Comitê de Representantes como Observador contribua para ampliar as já importantes relações entre a Associação e seu país. Esperamos que essa cooperação continue sendo aprofundada no futuro imediato.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Seja bem-vindo, Embaixador.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário.

Ofereço a palavra ao Senhor Embaixador da República Popular da China.

Representação da República Popular da China (Wang Zhen). Prezado Senhor Presidente, prezado Senhor Secretário-Geral, prezados Senhores Representantes dos países-membros, prezados Senhores Embaixadores dos países Observadores, prezados senhores dos meios de comunicação, senhoras, senhores, amigos todos, tenho a honra de participar, por primeira vez, como Observador desta solene reunião do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

Desejaria aproveitar a oportunidade para manifestar a todos os senhores, a todos os amigos aqui presentes, minha mais alta e distinta consideração e também os sinceros agradecimentos ao Senhor Presidente, ao Senhor Secretário-Geral por este convite.

Todos sabemos que no mundo atual a tendência geral da situação econômica mundial se está fortalecendo e a interdependência entre as economias, entre os diferentes países do mundo, está-se aprofundando e também a agrupação econômica regional está realizando novos desenvolvimentos dia a dia.

Nos últimos anos observamos que o processo de integração da América Latina se acelerou com um importante dinamismo das organizações econômicas tais como o MERCOSUL, a Comunidade Andina, a CARICOM, o Mercado Comum Centro-Americano, etc.

A China sempre considerou este processo da integração da América Latina como parte muito importante da cooperação sul-sul, porque tem papel protagônico muito positivo na promoção do comércio regional e também na cooperação econômica entre os países da América Latina. Acreditamos que esse processo merece uma importante apreciação. Além disso, a China está disposta a colaborar com todos seus esforços possíveis neste processo.

A Associação Latino-Americana de Integração, ALADI, teve desde sua fundação um papel muito ativo na coordenação das estratégias do desenvolvimento econômico de seus países-membros e na promoção da cooperação econômica regional e deu uma contribuição substancial para levar adiante o processo de integração regional.

A China sempre dá grande importância a suas relações com a ALADI e foi o primeiro país asiático que, em 1994, incorporou-se a este organismo como Observador. Atualmente, os países da ALADI são os principais parceiros comerciais da China na América Latina.

A China e a América Latina são países em via de desenvolvimento, possuindo particularidades no aspecto econômico-tecnológico e existem entre ambas as partes uma forte complementaridade e amplos espaços de cooperação. A China tem a firme vontade de manter e de fomentar o diálogo com a ALADI, mediante o qual está disposta a continuar promovendo um desenvolvimento mais amplo e completo de suas relações em diversos campos com todos os países-membros da ALADI.

Como Representante Observador do Governo da República Popular da China junto a esta Instituição, farei tudo o possível para dar minha modesta contribuição para o permanente desenvolvimento das relações entre ambas as partes.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, senhoras, senhores, amigos, muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador. Seja, novamente, bem-vindo a esta terra e a esta Casa.

Passamos ao ponto seguinte.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, no documento que está em poder dos Senhores Representantes, previamente distribuído, constam as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

Desejaria, em primeiro lugar, destacar o término de funções do Conselheiro Carlos Galeano Perrone, como Representante Alternativo da República do Paraguai. Sua despedida foi coordenada para a sessão do Comitê de Representantes do dia 23 deste mês.

A Representação da Argentina nos comunicou as promoções da Senhora Julia Pan para o cargo de Primeiro-Secretário e do Senhor Ruben Javier Ruffi para o cargo de Segundo-Secretário.

A Secretaria parabeniza-os pelas promoções, desejando-lhes muitos êxitos em suas novas funções.

Temos outros motivos para continuar festejando. A Representação do Chile nos enviou um cheque pela quantia de US\$ 200.000,00, completando a contribuição correspondente a 1999. Agradecemos à Representação do Chile e, por seu intermédio, ao Governo chileno, muito especialmente ao Embaixador Bermúdez, nosso amigo, seus esforços e colaboração para poder continuar nossos trabalhos, do ponto de vista financeiro.

Desejamos, também, anunciar que a Representação Permanente do México nos enviou um cheque pela quantia de US\$ 554.492,25, completando, desta forma, sua contribuição correspondente a 1999. Agradecemos ao Senhor Embaixador do México, nosso querido amigo Rogelio Granguillhome, seus esforços para obter esta contribuição e, por seu intermédio, ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos sua importante colaboração para o normal funcionamento da Associação.

Senhor Presidente, desejaríamos chamar a atenção para este exemplo dos Governos do Chile e do México e manifestar nossos desejos de que seja imitado por outros países para que a Associação possa programar devidamente suas ações a curto e médio prazos, como corresponde. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Passamos ao seguinte ponto.

3. Consideração das atas correspondentes às 700^a., 701^a. e 702^a. sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ruben Pacheco). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Queria manifestar que a Venezuela apresentou uma pequena modificação de forma à Ata 700.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Como é habitual, essa modificação será incluída diretamente pela Secretaria na ata aprovada.

Alguma outra observação sobre as atas submetidas a consideração?

Não havendo observações, ficam APROVADAS, levando em conta a modificação da Representação da Venezuela.

4. Relatório da Comissão de Orçamento.

PRESIDENTE. Tenho o prazer de oferecer a palavra ao Senhor Presidente da Comissão de Orçamento, Embaixador do Equador, Senhor José Serrano, para que nos informe sobre o tema.

Representação do EQUADOR (José Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Representantes. A Comissão de Orçamento analisou pormenorizadamente, em duas reuniões, um projeto apresentado pela Secretaria-Geral, levando em consideração as diretrizes do Comitê.

Desejaria resumir, de modo geral, o relatório e da Comissão de Orçamento, apesar de já ter sido distribuído pela Secretaria-Geral, bem como o projeto de resolução correspondente, mostrando que o montante total do orçamento é de US\$ 5.153.000, ou seja, igual ao orçamento do ano anterior, isto é, que a Comissão de Orçamento se fixou como patamar que o projeto da Secretaria-Geral não ultrapassasse o montante do período anterior.

Após uma análise dos itens apresentados, a Comissão de Orçamento resolveu submetê-lo à aprovação deste Comitê, ressaltando que no projeto de resolução correspondente se considerou conveniente acrescentar ao clássico artigo de aprovação das resoluções anteriores um artigo adicional pelo qual –e isto com a finalidade de cumprir o encargo do Comitê de Representantes- o orçamento fosse acompanhado da consideração do programa de atividades.

Lamentavelmente não existe uma simultaneidade na consideração de ambos os aspectos, porque os trabalhos do programa de atividades vão sendo ajustados com certa defasagem em relação à consideração do orçamento. Por este motivo considerou-se oportuno apresentar ao Comitê o projeto de resolução a fim de que pudesse ser aprovado no prazo e se necessário, fazer ajustamentos nos diferentes itens ou entre itens. A Comissão de Orçamento analisará as recomendações de modificação que considere necessário apresentar ao Comitê de Representantes para que, sem alterar o montante geral do orçamento, sejam realocados os recursos de acordo com o programa de atividades, aprovado pelo Comitê de Representantes.

Essa seria, Senhor Presidente, a apresentação, de caráter geral, do projeto de orçamento da Associação, com outro ponto, que vale a pena destacar, e que se refere ao Artigo 13 da Resolução, no que tem a ver com o pagamento das contribuições por parte dos países.

Foi dividido o Artigo 13 antigo, separando-o do Artigo 14 novo, que faz referência ao eventual pedido de reprogramação de pagamentos que podem fazer os países.

Com esses dois chamados de atenção para os pontos fundamentais considerados pela Comissão de Orçamento apresento a Vossa Excelência o documento ALADI/CR/PR 174, que contém o projeto de resolução para a aprovação do orçamento de receitas e despesas da Associação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Parabéns por sua eficiência e parabéns à Comissão por apresentar-nos este documento, sobretudo levando em conta que temos um prazo, que vence dia 15 deste mês, para sua aprovação. Por conseguinte, considero que se fazemos um esforço para aprovar este projeto de resolução nesta sessão, estaríamos avançando substantivamente em nossas tarefas.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, eu também desejo parabenizar também o Representante do Equador pelo seu ágil e eficiente trabalho na condução das atividades da Comissão de Orçamento para apresentar ao Comitê o projeto de resolução e quero adiantar que nossa Representação está disposta a aprová-lo no dia de hoje.

No entanto, e com o ânimo de encontrar uma melhor redação que esclareça o indicado no próprio Artigo 14, faríamos uma pequena sugestão, Presidente, que, repito, é uma sugestão de redação, com a idéia de esclarecer o indicado, sobretudo no segundo parágrafo do Artigo 14. Nossa proposta é a seguinte: na terceira linha do primeiro parágrafo diz "...se tenham comprometido e tenham posto, efetivamente, em execução um plano de pagamentos com a Associação..."; propomos que continue a mesma frase da seguinte maneira: "...em execução um plano de pagamentos com a Associação que tenha sido analisado pela Comissão de Orçamento e aprovado pelo Comitê de Representantes". Dessa maneira estaríamos eliminando o segundo parágrafo do Artigo 14. Repito, Presidente, se me permite, leria que "...que até esta última data se tenham comprometido e tenham posto, efetivamente, em execução um plano de pagamentos com a Associação que tenha sido analisado pela Comissão de Orçamento e aprovado pelo Comitê de Representantes". Reitero, estaríamos eliminando o segundo parágrafo, Senhor Presidente.

Repito que nossa Representação estaria disposta a aprovar a resolução que nos apresenta o Senhor Representante do Equador, Presidente da Comissão de Orçamento. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do México.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Como o Senhor Embaixador do México e o Senhor Presidente, desejo parabenizar o Senhor Embaixador do Equador pela eficiência com que levou adiante os trabalhos para elaborar um projeto de resolução para o orçamento do ano 2000.

Simplemente desejaria solicitar à Secretaria que nos explicasse, no caso do Artigo 13, o que se deseja dizer quando se diz: "Outrossim, será contemplado o disposto pela Resolução 116 do Comitê de Representantes com referência aos custos financeiros". Talvez corresponderia, com base na proposta da Secretaria, ter maior precisão na redação deste ponto.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Este mesmo parágrafo foi incluído já nos orçamentos dos dois anos anteriores e nessa oportunidade se considerava que fosse estudado um plano de pagamentos para aqueles países que o solicitassem, mas esses planos de pagamentos, logicamente, não implicariam o perdão do pagamento dos juros atrasados. Ou seja, o plano de pagamentos incluiria os juros gerados pela dívida até a finalização do plano de pagamentos correspondente. Esse foi o sentido da redação desse artigo.

Não sei se esta explicação satisfaz o Representante da Colômbia.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Embaixador da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Sim, obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, desejo aderir às congratulações ao Presidente da Comissão de Orçamento pelo trabalho realizado.

Desejo manifestar que minha Representação está em condições de aprovar o projeto de orçamento apresentado nesta sessão.

No entanto, desejo apoiar a proposta da Representação do México quanto à modificação do Artigo 14 e manifestar que para meu Governo esta é uma norma de caráter absolutamente excepcional, que deve ser levada em conta em circunstâncias que justifiquem sua aplicação, porque consideramos que a contribuição que fazem os países-membros à Associação tem a ver com a essência da Associação. E, evidentemente, se todos nos amparamos –o que é muito cômodo- em regimes de financiamento de atraso de quotas, não sei como poderia funcionar a Associação.

Além disso, desejo manifestar que nenhum plano de financiamento, anterior ou posterior a esta norma, pode ter validade jurídica se não foi aprovado pelo Comitê de Representantes. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, desejo parabenizar o excelente trabalho do Embaixador do Equador.

Em segundo lugar, Presidente, como fomos pormenorizadamente informados sobre a forma em que iam ser utilizados os US\$ 192.000,00 do Sistema de Apoio aos PMDERs, teríamos desejado saber como vão ser utilizados os US\$ 275.000,00 para contratação de consultores. Talvez haja tempo para que nos informem a esse respeito.

Em terceiro lugar, e depois de escutar o manifestado pelo Representante do Uruguai, desejo expressar, Senhor Presidente, que minha Representação, em abril do ano passado, iniciou conversações com a Secretaria para poder pagar nossa dívida. Era impossível para meu país cancelá-la em um único pagamento. A situação foi pormenorizadamente

explicada em várias negociações e, atendendo ao disposto na Resolução 248, foi aplicado estritamente um plano de pagamentos para a Bolívia, sendo cumprido quando se pagou a primeira quota, estando próxima a cumprir-se a segunda. Isto abrange o pagamento de capital e juros por toda a dívida, incluindo juros sobre saldos, que considero uma operação normal, que foi comunicada pelo Secretário-Geral de então à Comissão de Orçamento no sentido de que se estava negociando e depois se informou sobre o negociado. Como prova disto, certamente, estão as atas dessas reuniões.

Para nós é um tema concluído, é um tema “ungido e sacramentado” e realmente não podemos aceitar que se possa revisar, Senhor Presidente.

Estamos de acordo com a redação que acaba de apresentar o México a partir deste momento. Mas, para nós é um tema sobre o qual já informamos nosso Governo, está no orçamento geral da Nação, e o pagamento deve realizar-se dessa forma e não aceitaríamos revisar essa resolução, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante da Bolívia.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Flavio Tasseti Quezada). Obrigado, Senhor Presidente.

Somente desejo manifestar que compartilhamos da posição do Governo da República Oriental do Uruguai, e apoiamos a modificação apresentada pelo Representante do México sobre este projeto de resolução. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Ofereço a palavra para que se manifestem sobre o projeto de resolução.

Aparentemente a proposta do México conta com o consenso da Sala. Talvez, para complementar a preocupação manifestada pelo Senhor Representante do Uruguai, o atual Artigo 14 poderia começar dizendo: “Excepcionalmente, os países-membros...” e continuar o texto como mencionou o Senhor Representante do México. Dessa maneira teríamos atendido as duas preocupações.

Haveria consenso sobre esta modificação no antigo Artigo 13, hoje 14? Se consideram conveniente, podemos proceder a sua leitura para evitar dúvidas.

O atual Artigo 14 diria: “Excepcionalmente, os países-membros que devam quotas até o ano 98, inclusive, deverão realizar seu pagamento antes de 30 de junho de 2000, salvo aqueles países que até esta última data se tenham comprometido e tenham posto, efetivamente, em execução um plano de pagamentos com a Associação, analisado pela Comissão de Orçamento e aprovado pelo Comitê de Representantes”.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Sim, somente desejaria que ficasse absolutamente clara nossa posição, Senhor Presidente.

Temos um documento assinado com a Associação. Obviamente, se diz a partir dessa data. Nós, com muita anterioridade a essa data já teríamos negociado a dívida. Portanto, estaríamos fora do tema.

PRESIDENTE. Senhor Representante da Bolívia, nossa sugestão, como Presidência, seria dividir o tema em duas partes. Primeiro, aprovar o projeto de resolução e, segundo, considerar a proposta da Representação da Bolívia no que diz respeito a sua renegociação.

Haveria acordo quanto a esta divisão?

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Com relação ao primeiro tema, ao projeto de resolução, a Representação da Colômbia poderia aceitá-lo. Desejaria que ficasse claro –se não fica claro no texto da resolução, pelo menos que conste em atas– que nas renegociações da dívida sejam aplicados critérios iguais para todos os países, porque a renegociação não vai ser realizada país por país, com prazos e em condições diferentes, como sugere um pouco esta redação, para depois submetê-la à aprovação do Comitê de Representantes. É conveniente que seja uma regulamentação comum, igual para todos os países, para que todos estejam em igualdade de condições. Então, corresponderia que a Comissão de Orçamento definisse, antes de começar a negociar reestruturações de dívida com os países, esses critérios gerais e não considerar os casos de forma individual. Essa seria minha proposta com relação a esse tema.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Obrigado, Senhor Presidente.

Compartilhamos absolutamente de seu último comentário, que consideramos muito atinado, no sentido de dividir a discussão. Por um lado, o que hoje estamos fazendo e, por outro, o relacionado com a renegociação das dívidas a que se referiu o Representante da Bolívia.

Considero que deveríamos, se o Senhor Presidente considera conveniente, ter um espaço dentro do Comitê, talvez uma reunião de Chefes de Representação, para discutir este tema a fundo, e tratar, por exemplo, o que já nos antecipou o Representante da Colômbia. Queria manifestar, Senhor Presidente, como antecipo, que a posição do México é muito clara no sentido de que, por princípio, não deveria haver reestruturações de dívidas. Para a Representação do México seria uma preocupação que adotássemos regras gerais para procedimentos desta natureza quando, por princípio, não deveria haver reestruturação de dívidas. Então, nossa posição parte de que os pagamentos são anuais e que não deveria haver reestruturação de dívidas.

Se me permite, Presidente, em relação a sua proposta de continuar com a aprovação do projeto de resolução, estaríamos dispostos a apoiar o acréscimo proposto por Vossa Excelência. No entanto, consideramos que a palavra “excepcionalmente” não vai no início da redação do parágrafo porque estaríamos lendo, então, que excepcionalmente os países deverão pagar suas quotas antes de 30 de junho de 2000, quando é a regra geral. Consideramos, Senhor Presidente, que a palavra “excepcionalmente” deveria ir onde diz “...salvo aqueles países que até esta última data, de maneira excepcional, tenham-se comprometido e tenham posto ...”, etc, etc. Creio que a palavra “excepcionalmente” ficaria melhor nesse lugar do parágrafo, porque consideramos que no início do parágrafo daria lugar a equívocos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante, por seu esclarecimento, que contribui para nitidez do texto.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente.

Estamos totalmente de acordo com a última sugestão do Senhor Representante do México.

Mas, solicitei a palavra somente para dizer-lhes que o Brasil está de acordo, após este projeto de resolução com as modificações que se desejam introduzir neste momento. Mas, gostaria de ressaltar dois pontos com relação a esse Artigo 14.

Nós, efetivamente, não vemos no Artigo 14 uma questão de renegociação de dívida. Não considero que ninguém tenha a potestade de autorizar ou não uma renegociação dos termos de uma dívida. O que sim observamos em relação a esse ponto específico é como se fosse um waver a respeito desta disposição do Artigo 14 que, de fato, repito, é uma disposição que já existia em nossa resolução do ano anterior no que se refere à questão da data limite para os pagamentos.

Então, o que observamos é um questão da discussão quanto a um plano de pagamentos, mas não de uma alteração, de uma modificação dos termos de uma dívida. Ou seja, são aplicadas à dívida existente as mesmas condições que se aplicam a qualquer dívida dos parceiros da Associação; ou seja, os custos financeiros, os juros, tudo o que corresponda.

É somente nesse sentido que gostaríamos de fazer este esclarecimento. Vemos esse Artigo 14 como um waver para que em determinadas condições, sob um acordo geral, exista aqui um plano de pagamentos que, obviamente, não altere as condições aplicadas aos pagamentos e às dívidas de qualquer um de nós para com nossa Associação. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria apoiar e dizer que estamos de acordo. Estamos discutindo o orçamento do ano 2000. Fizemos um acordo para o orçamento do ano 98. Para nós é uma questão concluída e se se quer falar novamente de nossa negociação, esta está devidamente assinada, devidamente paga, em poucos dias será paga a segunda quota; não vamos aceitar voltar a falar sobre o tema nem participaríamos de nenhuma reunião em que fosse tratada uma revisão deste acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Senhora Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Noemí Gómez). Obrigada.

Entendo que a modificação do México seria "...aos países-membros que devam quotas até o ano 1998, inclusive, deverão realizar o pagamento antes de 30 de junho de 2000, com exceção daqueles países.... Vai nessa ordem?

PRESIDENTE. Diria, se entendi bem "... salvo aqueles países que até esta última data, de forma excepcional, tenham-se comprometido e tenham posto...", continua.

Representação da ARGENTINA (Noemí Gómez). Creio que a exceção deveria ser colocada onde diz "...salvo..." porque, em definitivo, não é que de forma excepcional se compromete..., que a exceção é o compromisso.

O tema é que há situações diferentes –não queria tocar no tema porque se falou muito na Comissão de Orçamento- mas, desejo esclarecer alguns pontos. O tema da renegociação, que não deve chamar-se renegociação, é um tema que não sei se terminamos de analisar, porque, em definitivo, em alguns casos, alguns países consideramos que são diferentes propostas que faz cada país para pagar sua dívida de forma diferente e que, em definitivo, se isto não produz nenhum prejuízo à Associação e aos demais países, deveria ser aceitável. Mas, considero que não foi concluída a análise do tema, porque a proposta original, em dois parágrafos, abrangia o passado e o futuro. Ou seja, considero que era mais, embora juridicamente considere muito interessante o manifestado pelo México e pelo Uruguai. Creio que essa proposta visava, justamente, atender essa situação que foi excepcional.

Por conseguinte, talvez poderia manter-se com a expressão "...com exceção..." ou pôr "...excepcionalmente...", mas manter o parágrafo segundo e pôr "...os planos de pagamento deverão ser previamente apresentados...", referindo-se ao futuro. O tema de fundo é se analisamos o passado e o futuro ou não. Mas, vejo que o tema não está concluído.

Em todo caso, o plano que aprova a Associação é uma proposta que faz um país para pagar sua quota como pode. Tampouco é um acordo. Entendo que lamentavelmente houve um procedimento que não foi o mais apropriado em situações anteriores e que nos alertou de uma possibilidade. É verdade que também é interessante que os países possam pagar. Insisto, considero que é um tema de fundo que, talvez, deveríamos tratar no futuro. Se mantivéssemos a redação anterior poderíamos atender um pouco o que já aconteceu. Enfim, não desejo... . Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Obrigado, Senhor Presidente.

Na realidade, considero –e a experiência e os anos de pagamento de quotas de orçamento indicaram e demonstraram- que os países pagam quando querem ou quando podem. Ou seja, nunca houve nenhum tipo de rigidez.

A possibilidade de um waver existe sempre porque o Comitê tem a faculdade de manejar os fundos da Associação, e somente o Comitê. Juridicamente, outra coisa não é válida. É feito da maneira que se considere mais conveniente. Ou seja, que amanhã um país tem dificuldades para pagar e se apresenta ao Comitê, exista esta disposição ou não, não necessita esta disposição, manifesta suas dificuldades e propõe um plano de pagamentos. O Comitê aceita ou rejeita esse plano.

Ou seja, esta disposição, em alguma medida, é até desnecessária porque, obviamente, ninguém pode discutir que o Comitê é o único que tem faculdades para aceitar sistemas de pagamentos que não sejam fictícios, porque os países também tiveram seus sistemas de pagamentos em função de seus problemas financeiros e de seus problemas de Ministérios de Economia. O único que tem faculdade para aprovar um plano de pagamentos juridicamente articulado é o Comitê. Enquanto não houver uma aprovação do Comitê, os países continuarão pagando como até agora, quando podem; e isto acontece somente pelas urgências que tem a Secretaria, que adverte aos países devedores que paguem quanto antes, porque senão tem que sair a pedir dinheiro emprestado, cujos juros são elevados para os países.

Então, não sei, sinceramente..., inclusive creio que este tema não foi suficientemente discutido. E não sei qual é a necessidade de que esta disposição figure no projeto de orçamento. Talvez poderíamos aprovar o orçamento sem esta disposição; fazer uma reunião de Chefes para conversar fora de atas, mais elasticamente, sobre este problema, incluindo o problema da Bolívia. Embora a Bolívia não deseje discutir, sinceramente gostaria de saber como se realizaram as tramitações e com foi feito tudo, porque no Comitê nunca houve um debate sobre esse tema e o Comitê não adotou nenhuma resolução. Não tenho inconveniente em aprovar um plano de financiamento para a Bolívia, devido às características de sua situação pelo problema que tem, mas aqui, no Comitê.

Penso que talvez se poderia aprovar o orçamento e depois, em reunião de Comissão de Orçamento, ou melhor dito, de chefes, conversar novamente sobre todo o tema para ver se pode ser elaborada uma resolução independente, alheia ao orçamento ou integrada dentro das normas orçamentárias, mas não neste projeto de orçamento.

Estou aberto a qualquer situação, mas tenho a impressão de que esta discussão nos está levando para outros caminhos que, possivelmente, se fica como uma norma escrita e aprovada, pode causar mais problemas do que evitá-los.

Creio que seria razoável deixar que os países tenham um prazo para pagar até 30 de junho com os benefícios consagrados no orçamento; o restante é um problema de waver e –como disse muito bem o Representante do Brasil– um waver pode ser analisado a qualquer momento, quando seja apresentado por um país ao Comitê.

Nada mais, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Consideramos muito razoável sua proposta, sobretudo no sentido de analisar, a nível de Chefes de Representação, as renegociações ou os wavers, ou como desejemos denominá-lo, a que estamos enfrentados e proceder à aprovação do projeto de resolução. Até onde entendi, Senhor Representante, sem o artigo 14: deixando o Artigo 14 para uma posterior consideração, que se poderia fazer depois de que os Senhores Representantes, a nível de Chefes, tiverem chegado a um acordo sobre o tema porque, como disse a Senhora Representante da Argentina, o tema está fora do que agora é a consideração do orçamento para o ano 2000.

Se não há observações, submeteríamos a consideração o projeto de resolução que consta no documento 174, sem o Artigo 14, entendendo que posteriormente, após uma reunião de Chefes de Representação, se for necessário e se se considerar conveniente, a própria Comissão de Orçamento legislaria sobre os temas implícitos no Artigo 14.

Haveria consenso sobre um procedimento deste tipo ou não?

Não havendo objeções, aprova-se o projeto de resolução 174 sem o Artigo 14, entendendo que a consideração dos temas que estão implícitos e conexos a esse artigo serão tratados em uma reunião de Chefes de Representação e, se nela se considera conveniente, poderia passar à Comissão de Orçamento. Obviamente solicitaríamos à Secretaria que fizesse a convocação no menor prazo possível para analisar este tema e dar por concluído todo o processo desta resolução. Muito obrigado pela compreensão.

Por conseguinte, o Comitê de Representantes APROVA a Resolução 250, cujo texto faz parte da presente ata.

Muito obrigado aos Senhores Representantes por sua compreensão para o tratamento deste ponto.

Passamos ao seguinte ponto.

5. Convocação da Primeira Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI (ALADI/SEC/Proposta 212/Rev. 1).

PRESIDENTE. Na proposta acima figura o texto de convocação do Conselho para os dias 12 e 13 de agosto próximo. Devemos lembrar que já tínhamos considerado este projeto de acordo e somente tínhamos um problema de consulta de datas que a Secretaria tinha-se comprometido a fazer a fim de programar e propor-nos uma nova data que não fosse complicada, que não coincidisse com outros eventos dos altos representantes de nossas alfândegas.

Por conseguinte, ofereço a palavra sobre o projeto de resolução.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente. Perguntaria, por seu intermédio, à Secretaria se foi possível confirmar que, efetivamente, para esse novo período em estudo não haverá nenhuma outra reunião no âmbito aduaneiro. Esse seria um ponto importante para verificar.

PRESIDENTE. Sim, Senhor Representante, muito obrigado. Esse foi o mandato expresso à Secretaria e por isso eles estão propondo esta data. Agora não sei se entre o período para o qual foi fixada a data e este momento surgiu outro evento. Supomos que não, porque nos teriam comunicado a mudança de data.

Por conseguinte, submeto a consideração o projeto de acordo sobre a convocação da primeira reunião do Conselho de Assuntos Aduaneiros.

Se não há objeções, seria aprovado.

Por conseguinte, o Comitê de Representantes APROVA o ACORDO 225, cujo texto passa a fazer parte da presente ata.

6. Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/CR/PR 173).

PRESIDENTE. Tenho o prazer de oferecer a palavra ao Senhor Representante do Uruguai, que atua como Coordenador do grupo de trabalho, para que nos informe sobre as reuniões realizadas.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Corresponde manifestar que o grupo de trabalho se reuniu em três ocasiões: em 13 de abril, 5 e 26 de maio. Seus trabalhos se basearam no documento ALADI/SEC/dt 400 e nas observações apresentadas pelas Representações da Bolívia, Brasil, Colômbia, México e Venezuela, bem como nas diversas opiniões verbais das Representações durante as reuniões.

Os trabalhos do grupo estiveram orientados estritamente à consolidação em um único texto de todas as disposições do regime geral de origem da Associação, estabelecido pela Resolução 78 do Comitê de Representantes, e à atualização de seus Anexos 1 e 2 à NALADI/SH, versão 1996.

Com base no mencionado documento, que contém o texto consolidado do regime geral de origem da ALADI, e os Anexos 1 e 2 da Resolução 78 do Comitê, na NALADI/SH 96, o grupo de trabalho se dedicou, em primeiro lugar, à análise dos ajustamentos propostos pela Secretaria no Artigo Primeiro, letras a), b) e e). A esse respeito, levando em conta a orientação dos trabalhos do grupo, isto é, a consolidação do regime geral de origem em um texto único, o grupo considerou procedente somente o relacionado com a eliminação do segundo parágrafo da letra a), levando em conta que a segunda reunião de especialistas em matéria de origem tinha manifestado oportunamente seu parecer favorável.

O grupo analisou paralelamente o texto consolidado, elaborado pela Secretaria com as observações apresentadas pela Bolívia e pelo México, do qual resultou a incorporação de algumas das observações ao texto do projeto de resolução.

A Representação da Bolívia solicitou que constasse no presente relatório seu pedido para incrementar as definições do Artigo Quinto. A esse respeito no grupo se manifestou que a incorporação dessas definições implica ir além da consolidação.

Outrossim, a Representação da Colômbia solicitou que constasse sua proposta sobre a –e cito- “...conveniência de que dentro do mesmo anteprojeto houvesse um artigo no qual se estabelecesse que essas operações, processos mínimos ou insuficientes, não conferem origem em outros casos. Isto é, quando forem utilizados materiais não originários da região...”. A esse respeito no grupo se manifestou que o fato de que essa disposição esteja incorporada como segundo parágrafo da letra c) do Artigo Primeiro, que se refere ao critério de qualificação das mercadorias elaboradas utilizando materiais de países não participantes do acordo, implica a concordância com a proposta da Colômbia.

Concluindo, o grupo cumpriu seu trabalho, elaborando o texto consolidado e ordenado do regime geral de origem da Associação, estabelecido pela Resolução 78 do Comitê de Representantes, através da incorporação de suas disposições regulamentares, bem como das modificações relacionadas com a intervenção de empresas de terceiros países, procedimentos para a habilitação de assinaturas e a adoção do formulário para facilitar o ordenamento e atualização do registro de assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem, bem como a atualização de seus anexos à nomenclatura vigente na Associação.

Finalmente, cabe manifestar que o texto consolidado do regime geral de origem da Associação, com seus respectivos anexos adequados à NALADI/SH 96, facilitará as operações realizadas ao amparo dos acordos que se regem pelo mesmo.

Em sua última reunião, o grupo decidiu elevar ao Comitê de Representantes o texto consolidado, com o consenso do grupo de trabalho, e o projeto de resolução a ser considerado pelos países-membros.

Não desejo concluir este relatório sem destacar a capacidade técnica e a boa disposição de todos os delegados que participaram do grupo, voltada para a obtenção de um texto de consenso, bem como a valiosa contribuição que, em todo momento, forneceu a Secretaria, em particular nas pessoas de Gustavo Moreno e da Senhora Dora Rodríguez. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Creio que o trabalho deste grupo foi também muito eficiente. Temos um projeto de caráter multilateral bastante importante, que consolida uma série de medidas que adotamos nos últimos tempos e dá transparência aos operadores econômicos, que são os que finalmente devem utilizar este tipo de acordo.

Submeto a consideração o projeto de resolução que consta do documento 173.

Ofereço a palavra ao Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, desejo parabenizar a Representação do Uruguai por seu excelente trabalho.

Enviamos a La Paz todas as informações sobre este tema e devo confessar, Presidente, que ainda não recebemos uma resposta. Portanto, tomamos nota do relatório, mas não estaríamos, neste momento, em condições de aprovar a resolução e muito cordialmente solicitaríamos –creio que não há muita pressa- adiar a aprovação desta resolução, pelo menos, até a próxima reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Bolívia.

Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ruben Pacheco). Sim, Senhor Presidente, muito obrigado.

Sugeriríamos, igual que a Bolívia, que este tema fosse tratado na próxima reunião, em virtude de que tampouco recebemos instruções e que temos algumas observações ao texto. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Agradecemos o trabalho do Senhor Representante do Uruguai e, no mesmo sentido que as duas Representações que me precederam no uso da palavra, enviaremos este documento a Bogotá para sua análise.

Nossa Representação recebeu o documento apenas na sexta-feira e quando tenhamos resposta daremos nossa opinião.

Solicitaria à Secretaria a distribuição do relatório que acaba de apresentar Carlos Zeballos a fim de enviá-lo às capitais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Por conseguinte, o ponto ou o projeto de resolução sobre atualização das normas de origem seria considerado na próxima reunião do Comitê de Representantes, ou seja, no dia 23 deste mês.

Agradeceríamos às Representações que insistissem perante suas respectivas capitais para ter uma resposta definitiva para essa ocasião.

Se não há outra observação, outro comentário sobre este ponto, assim ficaria decidido. Passaríamos ao ponto seguinte.

7. Apresentação do Relatório da XXXIV Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (Santiago do Chile, 11 e 12 de maio).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria para informar-nos a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía). Obrigado, Senhor Presidente. Senhores Representantes, durante os dias 11 e 12 de maio se realizou, na cidade de Santiago do Chile, a Trigésima Quarta Reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários da Associação, convocada pelo Comitê de Representantes.

Participaram da reunião doze países-membros do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, sendo presidida pelo Presidente do Banco Central da República do Chile.

A reunião teve como propósito considerar o relatório da Trigésima Oitava Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários, que se realizou na cidade de Montevidéu, no mês de março. Excetuando os dois temas que tiveram modificações, os demais foram aprovados pelo Conselho. O primeiro tema modificado é o referente à avaliação global do Convênio e, o segundo, o referente ao alcance das propostas que deve apresentar o Banco Latino-Americano de Exportações, BLADEX, sobre sua eventual participação do Convênio.

Em relação ao primeiro tema, o Conselho resolveu encomendar à Secretaria-Geral que solicite aos bancos centrais sua opinião sobre o funcionamento do Convênio. Esta modificação foi proposta, fundamentalmente, pela Delegação do Brasil e teve a adesão das Delegações da Argentina, Equador, México e Paraguai. A esse respeito cabe informar que a Secretaria-Geral já enviou a respectiva consulta aos bancos centrais.

Em relação ao segundo tema, o Conselho resolveu solicitar ao Banco Latino-Americano de Exportações, BLADEX, uma proposta concreta identificando mecanismos adicionais que contribuam para diminuir os riscos dos bancos centrais por sua participação no Convênio. Esta proposta, inicialmente, foi apresentada também pela Delegação do Brasil e está orientada, de alguma maneira, a delimitar o alcance das propostas que está preparando o Banco Latino-Americano de Exportações.

O detalhe dos temas tratados, da documentação distribuída e do desenvolvimento dos trabalhos consta na ata da reunião, oportunamente divulgada pela Secretaria-Geral. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado por seu breve relatório, mas muito claro.

Ofereço a palavra sobre a apresentação da Secretaria-Geral e sobre os temas tratados no Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários.

Se não há comentários, tomaríamos nota deste relatório, levando em conta os valiosos trabalhos que estão sendo realizados no âmbito do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Obrigado, Senhor Presidente. Agradeço o relatório apresentado pela Secretaria e desejo solicitar, por seu intermédio, um esclarecimento.

Na página dois do relatório se menciona, entre linhas, que existem possíveis dúvidas sobre a vigência ou importância do Convênio de Pagamentos. Senhor Presidente, no ponto 2 da página dois, onde se fala da evolução global do Convênio, consta que a existência do instrumento continua sendo importante mas, no entanto, a Secretaria solicitará aos bancos centrais sua opinião a esse respeito. Minha Representação, Senhor Presidente, gostaria de saber que há por trás destas duas linhas em função das perspectivas do Convênio e talvez um pouco onde consta o debate sobre este tema em matéria do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía). Obrigado, Senhor Presidente. Vamos responder juntamente com o técnico que está aqui presente.

Acontece que nos últimos anos as operações que se estão realizando através do Convênio, tanto em número como em valores, estão diminuindo. Isso obedece a muitas razões, especialmente às novas formas de atuação dos bancos centrais na América Latina, à presença dos bancos internacionais com suas respectivas filiais na região, que estão realizando suas operações através de suas filiais, à liberalização do mercado bancário e financeiro e também ao estabelecimento de algumas restrições por parte de alguns bancos centrais da região.

Isto provocou, sem dúvida, uma queda das operações e do volume de operações realizadas através do Convênio de Pagamentos e existe a preocupação em algumas Representações sobre até que ponto o Convênio é realmente eficaz.

Desejo antecipar que os bancos centrais, nas diferentes deliberações, não estão encontrando uma solução à problemática, à qual se vai referir um pouco mais pormenorizadamente o Senhor Otero, e é mister que a Secretaria-Geral ou a Associação contribua, mediante a visão técnica, possivelmente mediante a contratação de um consultor especializado que dê uma opinião que encontre, de alguma maneira, que canalise ou que

proponha algumas soluções para evitar os problemas que se estão suscitando atualmente no funcionamento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

Damos a palavra ao Senhor Otero para aprofundar algumas das respostas que demos.

SECRETARIA (Alberto Otero). Muito obrigado.

Evidentemente, o ponto 2 da ata do Conselho tem uma redação que aparenta ser contraditória. Isso é assim porque a primeira parte da redação reflete o resultado das discussões na Comissão Assessora; um resultado obtido por maioria, não por consenso, já que vários bancos centrais não se manifestaram a esse respeito.

Na segunda parte se está buscando generalizar uma impressão favorável ou uma impressão finalmente desfavorável do Convênio para o futuro.

O processo de revisão do Convênio de Pagamentos levou mais de um ano e meio; esteve centralizado, basicamente, em um ponto essencial do sistema de pagamentos, que é a garantia de reembolso.

Como os senhores sabem, o Convênio tem três garantias: de conversibilidade, de transferibilidade e de reembolso das operações realizadas por seu intermédio.

A garantia de reembolso significa que finalmente o banco central do país do importador é responsável pelo pagamento da operação, independentemente do que aconteça nesse período. Nesse sentido, na maior parte do funcionamento do Convênio não se tinham apresentado dificuldades; surgiram algumas com a crise financeira do final de 84, provocando conflitos de interesses entre alguns bancos centrais e teme-se que se possa reiterar na atual crise financeira. Nesse sentido, os bancos centrais desejam cobrir-se dos riscos que lhes acarreta sua participação no Convênio, alguns com mais ênfase, outros com menos ênfase, porque através de medidas internas regularam o funcionamento desta garantia e aparentemente atenuaram ou diminuíram essencialmente os riscos.

Como corolário da mudança de Convênio produzida pelo Protocolo assinado em outubro do ano passado, manteve-se a garantia de reembolso como ponto transcendental e essencial do sistema. Embora alguns países não se tenham oposto, fato que teria impedido a mudança, abstiveram-se e manifestaram sua posição contrária a manter a garantia de reembolso em seu alcance atual. Levando em conta essa situação, alguns bancos centrais adotaram medidas internas, digamos, um pouco mais fortes, tornando obrigatório, em um caso pelo menos, o pagamento antecipado de cada operação, não importando que fosse realizada à vista ou com financiamento, eliminando do Convênio a parte essencial de seu funcionamento.

Esse é o pano de fundo ao qual obedecem estas situações, como manifestei anteriormente, aparentemente contraditórias, mas no fundo os bancos centrais desejam chegar a uma posição de comum acordo que lhes permita definir-se em favor ou em contra do Convênio, mas de modo geral.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria-Geral. Espero que tenham sido esclarecidas as consultas da Representação do México.

Como último comentário, deveríamos levar em consideração que a Secretaria já apresentou um pedido aos bancos centrais com relação a este ponto e, por conseguinte, nos próximos dias, digamos, a partir deste momento até o final do mês e começo do

próximo, poderíamos ter clara a reação dos bancos centrais sobre este tema e definir como continuaremos trabalhando no futuro.

Passamos ao outro ponto da agenda.

8. Apresentação do Estudo sobre “Evolução do processo de integração regional (ALADI/SEC/Estudo 123).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral para a apresentação do estudo.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Muito obrigado, Senhor Presidente. Como os países sabem, há dois anos a Secretaria-Geral está publicando estudos sobre o processo de integração regional. Em 97 foi publicado o Estudo 101 e, em 98, o Estudo 113, sobre esta mesma matéria. Pela importância da informação deste Estudo 113, publicado no ano passado, pela inclusão de dados estatísticos e temas que não refletiam os processos de integração regional, este documento foi levado como um dos documentos de base para a reunião de Responsáveis pela Integração, realizada nesta Associação em setembro do ano passado. E depois da reunião de Responsáveis pela Integração foi solicitada à Secretaria-Geral uma atualização do mesmo, preparatório da Décima Reunião do Conselho de Ministros, publicado como Estudo 113/Add. 1, em 3 de novembro de 98. Este último formato utilizado neste addendum 1, de novembro do ano passado, onde já se destacam tendências do processo, marcou as tendências e o formato utilizado no atual Estudo 123, que hoje estamos apresentando.

Assim, no programa de atividades da Associação, aprovado em dezembro do ano passado, solicitou-se à Secretaria-Geral um estudo sobre a evolução do processo de integração regional durante o ano 98. De acordo com o programa de atividades, este estudo deveria ter sido publicado em março e foi publicado agora no final de maio devido à mudança de autoridades da Secretaria. Devido ao adiamento de um mês na publicação, incluímos dados estatísticos e informação do primeiro trimestre do presente ano no Estudo 123.

Desde dezembro do ano passado a Divisão de Estudos Estatísticos, que está a cargo do Senhor Gonzalo Rodríguez, esteve trabalhando na preparação do Estudo 123 e realizaram-se permanentes contatos informativos com as Representações dos países-membros. Devemos mencionar, especialmente, a informação recolhida das páginas WEB que alguns países têm em suas Chancelarias, especialmente as páginas que estão para consideração dos países por parte da Chancelaria do Chile e do SECOF, por parte do México, que vão além da informação e são incluídos dados específicos sobre as negociações que estão realizando estes países, que representam outra valiosa contribuição para o estudo que hoje estamos apresentando.

Este estudo, Senhor Presidente, destaca várias facetas e vários temas importantes. Um deles menciona que a crise financeira já reduziu o ritmo de crescimento entre os países-membros até produzir uma queda, por primeira vez em doze anos consecutivos, no comércio intra-regional.

Outro tema que desejaria destacar, Senhor Presidente, é o referente às soluções pacíficas das controvérsias fronteiriças entre o Equador e o Peru e entre a Argentina e o Chile.

Outrossim, destacamos a importância que teve na Décima Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, em novembro do ano passado, a aceitação da adesão da República de Cuba ao Tratado de Montevideu 1980 e a importância que tanto a Comunidade Andina das Nações como o MERCOSUL deram aos protocolos sobre compromissos democráticos.

Quanto aos acordos, destacamos no mesmo estudo a formação da zona de livre comércio entre o Chile e o Peru, no ACE 38, liberando, de forma imediata, aproximadamente 38 por cento do universo tarifário.

Quanto à primeira parte do estudo, publicado no ano passado, dedicado à informação do contexto mundial, este ano tratamos de apresentá-lo como um anexo ao estudo para dar maior ênfase e maior importância aos processos de integração regional.

Senhor Presidente, dedicou-se muito tempo à atualização deste estudo e a sua publicação, pelo que seria útil para a Secretaria-Geral receber comentários dos países-membros sobre as informações nele fornecidas.

Gostaria de oferecer a palavra ao Eng. Gonzalo Rodríguez, responsável pela Divisão de Estudos e Estatísticas, para que nos dê uma informação mais pormenorizada a esse respeito. Muito obrigado.

SECRETARIA (Gonzalo Rodríguez Gigena). Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom dia a todos.

Vou tratar de fazer uma breve apresentação panorâmica do estudo, basicamente em quatro pontos. Vou retomar, muito brevemente, o apresentado no último relatório, ou seja, os principais desafios que, entendíamos, enfrentavam nesse momento; vou fazer uma breve menção à crise mundial e à crise regional, que não é o centro do trabalho; vou me deter um pouco mais nas tendências do processo e, por último, fazer um comentário sobre a situação atual.

Quando hoje pela manhã estava revisando o que queria conversar com os senhores, pensava que, às vezes, quando fazemos alguma, não diria predição, afirmação sobre o que pode acontecer no futuro, em geral ficamos contentes quando acontece, exceto quando as profecias são ruins desejaríamos equivocarnos.

Dizíamos no último relatório que se enfrentavam dois desafios muito grandes: por um lado, uma grande crise e uma incerteza nos mercados internacionais e na economia internacional, com possíveis conseqüências de políticas de ajuste sobre os países, que podiam dificultar o processo de negociações do processo de integração e diminuir o dinamismo econômico dos países; por outro lado, certamente, se isto acontecia, aumentaria a dívida social existente nos países da América Latina e nos países da ALADI em particular.

Lamentavelmente, considero que podemos pensar que isto aconteceu como conseqüência de uma crise internacional, de uma crise que está viajando pelo mundo, que começou na Ásia, continua pela Rússia e agora chegou à América Latina, impactando seriamente o Brasil; uma crise mundial na qual em 98 caiu praticamente tudo; caiu o crescimento mundial, aumentou muito pouco o volume de comércio internacional e caiu em termos de valor, por primeira vez em doze anos; caíram os preços de nossos produtos básicos; caiu o financiamento e, também, verificou-se ou se observa, pelo menos, uma grande dependência da economia internacional do que aconteça com a economia dos Estados Unidos. A economia dos Estados Unidos, de alguma maneira, dinamizou e se

manteve mais ou menos imune aos fatos da economia internacional, sobretudo em função de que está muito dinamizada por seu mercado interno.

Os efeitos na região foram ainda piores; a queda do produto foi maior, houve grande vulnerabilidade externa; o crescimento do volume das exportações diminuiu, mas, apesar disso, o esforço de exportações foi realmente importante na América Latina, e pela queda dos preços o valor das exportações da região para o mundo diminuiu por primeira vez em seis anos; caíram os preços e caiu o comércio intra-regional, fato que não acontecia, como dizia o Secretário Moreno, há doze anos. E esta queda do fluxo intra-regional se constata praticamente em todos os fluxos e em todos os circuitos comerciais.

Houve crise de algumas moedas e dos produtos, que aumentaram. O único que aumentou um pouco foi a taxa média, a inflação na região que vinha sendo combatida com muito êxito em anos anteriores.

Nesse âmbito, as tendências do processo de integração em si, principalmente, tudo o que tem a ver com o comércio, já destacava o Secretário Moreno os fatos políticos, a entrada de Cuba, os compromissos democráticos, as zonas de paz e livres de armas massivas e as soluções pacíficas de litígios são realmente fatos importantes que aconteceram.

Creio que o melhor, o que mais ajuda, é visualizar quatro áreas das tendências do processo de integração. Que aconteceu com os processos vigentes, com a projeção externa, na região e que aconteceu com o que temos pendente, ou seja, com a ampliação ou não da rede de acordos, isto é, com aqueles âmbitos de negociação que estão pendentes?

O panorama é muito diferente. Creio que é justo dizer que no referente à ampliação e aprofundamento dos processos vigentes houve realmente avanços, foram eliminados também os fatos políticos mencionados. Foram eliminadas listas de exceções, foram acelerados programas, ampliaram-se acordos a novas áreas, foram melhorados alguns instrumentos normativos. Tudo isso está desenvolvido no trabalho. Existem problemas internos em alguns processos, logicamente, que os senhores conhecem, alguns problemas de crise de alguns dos países da Comunidade Andina e também do MERCOSUL com disputas comerciais, com problemas de aumento de tarifas em alguns casos, etc. Contudo, creio que o panorama geral mostra avanços positivos nesse sentido.

No que tem a ver com a projeção externa, creio que o panorama é desigual. Houve avanços, houve progresso, mas também houve muitos casos de adiamento de fatos, acordos que iam concretizar-se em 98, mas que foram adiados. A ALCA iniciou também suas negociações, mas se mantém a ausência do "fast track". As negociações com a União Européia, exceto no caso do México, progrediram, mas a ritmo relativamente lento. O mesmo aconteceu com as negociações de diferentes países e grupos de países da ALADI com a América Central e com o Caribe.

No referente à região, aos onze países, creio que também é justo dizer que o avanço foi escasso. Só agora foram apresentados os resultados do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos; teremos um acordo regional em termos de barreiras técnicas ao comércio, mas eram temas que já estavam sendo tratados e que continuaram seus trâmites. Considero justo dizer que, em termos regionais, o avanço dos onze países em conjunto foi escasso.

Por último, o tema relacionado com a rede de acordos. Como foi mencionado, também com a exceção do acordo entre o Chile e o Peru, que era um acordo que estava sendo negociado há mais de três anos, nos demais casos não houve nenhum avanço. A negociação entre a Bolívia e o Chile foi adiada para este ano.

As conversações do México com o Equador e com o Peru continuaram, mas não houve realmente avanços significativos e sim impedimentos realmente grandes nas negociações de dois possíveis acordos de muita importância para a ALADI, como as realizadas entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL e as do MERCOSUL com o México.

Que nos deixa isso para o momento atual? Creio que se observamos o que estava acontecendo nesta década, realmente verificamos que neste período houve grande aumento das relações comerciais e atualmente temos a maior rede de acordos comerciais que pode ter presenciado a integração até o momento. Mas, ao mesmo tempo, por segunda vez na década, no ano passado se interrompeu a dinâmica de crescimento e podemos dizer que em termos de aprofundamento e ampliação do processo há uma pausa. Isto nos faz enfrentar uma situação em um ano que provavelmente será pior, em termos de crise, de crise internacional e certamente de crise regional. Os indicadores e os desenvolvimentos estão apresentados no trabalho; basta mencionar que se prevê que em seis países da Associação sua produção diminuirá neste ano, com o qual não seria raro que o conjunto do produto –digamos da ALADI- diminuísse em 99. E, ao mesmo tempo, creio que, como se indica no trabalho, pode constatar-se que há certas restrições à vontade de avançar dos onze países em conjunto, embora não seja assim a nível sub-regional, onde se constata uma vontade de aprofundamento e de continuar com o processo.

Diria, em termos de imagem, que se pode comparar graficamente com essa imagem popular do copo pela metade, meio vazio. Creio que até agora podia apresentar-se uma situação do processo de integração como meio vazio, mas que se vinha enchendo e em 98 o copo podia estar pela metade, meio vazio, mas aparentemente ficou nisso, ou seja, não esteve entrando água em quantidades que pudessem mudar o conteúdo do copo.

E isto nos coloca frente a um paradoxo muito grande, que é o que se tenta destacar no final do estudo: em um momento em que precisamente seria necessária uma forte resposta regional, uma vontade regional de resposta conjunta para enfrentar a situação é precisamente o momento no qual isto parece estar debilitado. E essa deve ser uma das mais fortes preocupações que deve predominar em nossas atividades e em nossas reflexões futuras.

Considero que também é necessário e justo destacar que, segundo as últimas novidades, que estão sendo muito dinâmicas, é possível pensar que devemos preparar-nos a médio prazo para melhores condições. É possível que, embora o ano 99 seja o pior, não seja tão ruim como se pensava. Parece que as terríveis predições que se faziam em dezembro de 98 e janeiro de 99, embora não se realizem em sua totalidade, não se cumpram cem por cento e seria a ocasião para atuar com valentia e audácia.

Creio que com isto tentei dar-lhes um rápido panorama, uma visão rápida dos principais elementos e, sobretudo, dos principais problemas e desafios que certamente está enfrentando o processo neste momento. Nada mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Temos para consideração um tema que tem a ver com a essência de nosso trabalho diário e permanente nesta Associação. Minha impressão, e permitam-me esta reflexão quase pessoal, é que um trabalho desta natureza deveria ser submetido a uma análise, a uma discussão muito detalhada, não com o sentido de fazer críticas nem muito menos, mas com o sentido de que todos, desde nossas perspectivas nos envolvamos em uma percepção, em uma concepção do que está acontecendo e que, ao mesmo tempo, aquele exercício de reflexão, de análise e de intercâmbio de opiniões entre todos nós sirva de base para o futuro. Estamos pensando em uma reunião de responsáveis pela integração, que de alguma maneira deve ter este tipo de documento e de análise e de reflexões como um insumo fundamental.

Então, para usar uma figura gráfica, atrever-me-ia a convidá-los para uma reunião de Chefes de Delegação, sem a identificação dos países, para poder dialogar com mais ampla capacidade intelectual e ver como nos envolvemos e como sugerimos à Secretaria caminhos para satisfazer suas preocupações.

Nesse sentido, se não há objeções, poderíamos solicitar à Secretaria que nos sugerisse uma data para a próxima semana a fim de fazer este exercício, que não é um exercício acadêmico, sim um exercício de análise, de reflexão que nos fará bem a todos e cada um de nós, incluindo seus autores.

Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (José Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente. Considero que realmente será muito útil ter uma reunião, fazer um exame, talvez informal, para aprofundar-nos mais neste documento que considero muito útil e por essa razão desejo parabenizar seus autores. Considero que é um documento muito útil porque apresenta, com uma visão de futuro, cenários onde poderíamos caminhar neste processo de integração e, ao mesmo tempo, proporciona-nos informação muito útil dos acontecimentos passados.

Talvez deveria chamar a atenção para o seguinte: creio que estes documentos são úteis pela perspectiva desenhada, mas, ao mesmo tempo, desejaria que a Secretaria fosse tomando nota dos acontecimentos do dia-a-dia, porque se tomamos este relatório, que é muito útil, e encontramos informação que não está atualizada, realmente nos desanimamos para fazer um aprofundamento do tema.

Por exemplo, encontro neste documento, que certamente é revisado de modo geral, informação que pode estar até o mês de abril, mas já não é alentador neste momento ler uma informação do mês de abril quando no mês de maio há novidades muito importantes a nível regional, a nível sub-regional, quando exista uma referência concreta. Considero que o documento deve visar uma precisão, tratar de precisar. E se for necessário, que a Secretaria consulte os países para ter informação. Isto será muito útil, porque constato aqui algumas referências que, ou estão desatualizadas de alguma maneira ou não são precisas. E considero que este documento deveria ser enriquecido e melhorado para ser realmente de muita ajuda.

Considero que as referências feitas pelo Senhor Presidente da próxima reunião de responsáveis pela integração é algo que devemos levar em consideração e este deve ser um dos documentos básicos para a reunião. Daí a observação que fazia de que o documento fosse dia a dia atualizado e creio que seria muito útil a sugestão do Senhor Presidente de realizar uma reunião para avaliar, para comentar. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Não sei se o velho ditado de que “quem cala consente” é válido, mas se assim for estaríamos solicitando à Secretaria que nos sugerisse alguma data para que no decorrer da próxima semana, o mais tardar, iniciássemos este diálogo descontraído e muito reflexivo, muito analítico, para enriquecer o conhecimento de todos e cada um de nós.

Se não há outra observação, passamos ao seguinte ponto.

9. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Dentro deste ponto haveria dois temas: relatório sobre a viagem do Secretário-Geral à Comunidade Andina e relatório sobre a situação em que se encontra a adesão da República de Cuba ao Tratado de Montevideu 1980.

- Relatório sobre a viagem do Secretário-Geral (XXX aniversário da assinatura do Acordo de Cartagena).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Estivemos atendendo um gentil convite do Senhor Presidente da República da Colômbia. Tivemos a oportunidade de estar presente na Reunião de Cúpula de Presidentes dos países-membros da Comunidade Andina, realizada na cidade de Cartagena por ocasião do Trigesimo Aniversário da Assinatura do Acordo que deu nascimento a esse processo de integração sub-regional.

Distribuímos entre todas as delegações a Ata de Cartagena, onde consta a Declaração dos Presidentes dos países-membros da Comunidade sobre o processo de integração sub-regional e os lineamentos e atividades de ação fixadas para os Órgãos desse processo, com a finalidade de avançar para a constituição de um mercado comum andino para o ano 2005, como determina a Ata de Cartagena.

Nessa Ata se destacam diversos fatos importantes, mas, no que tem a ver com as relações regionais, queremos mencionar três ou quatro aspectos fundamentais: em primeiro lugar, do ponto de vista político, o elemento da cooperação política e da democracia, que sempre está presente em todas as declarações da Comunidade Andina, que vai ao encontro de uma preocupação permanente de todos os países-membros. E, em termos mais concretos, em termos de cooperação econômica, há três temas que seria importante destacar: um, referente à Declaração assinada pelos cinco Presidentes da Comunidade Andina com o Presidente da República do Paraguai, sobre as negociações da Comunidade com o MERCOSUL; o segundo, referente às ações indicadas no âmbito da Ata de Cartagena com relação à integração física; e, por último, com relação à integração fronteiriça.

Este campo da integração física nos abriu o caminho para que, em coordenação com os resultados obtidos na última reunião da Conferência de Ministros de Transporte, e por ocasião de nossa visita a Caracas, tivéssemos oportunidade de fazer contatos com a Corporação Andina de Fomento. Como etapa prévia a uma reunião realizada aqui na segunda-feira, obtivemos, em princípio, o compromisso da

Corporação para colaborar em um projeto conjunto sobre o desenho de um plano mestre de transporte para toda a área sul-americana.

Igualmente, por ocasião desta visita à parte norte do subcontinente tivemos oportunidade de dialogar com autoridades do Governo venezuelano. Lamentavelmente, o Presidente Chávez adoeceu quando regressava da reunião do Grupo do Rio e não pudemos manter contatos diretamente com ele, mas tivemos oportunidade de conversar longamente com o Chanceler da República e com o Ministro da Indústria e Comércio, que manifestaram sua satisfação, principalmente com o processo negociador que se está realizando entre os países andinos com o Brasil, especificamente no caso da negociação CAN-MERCOSUL. Igualmente, solicitaram nossa colaboração ambos os ministros. Foi tratado o tema de uma convocação que estaria fazendo o Presidente Chávez para um Congresso Anfictônico, que se realizaria em Caracas ou no Panamá, para discutir o tema da integração da América Latina.

Igualmente, em Caracas a ocasião foi propícia para conversar com a Secretaria da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas, fato que contribuirá para desenvolver nosso programa de atividades neste campo, com base no programa do acordo de alcance regional existente no âmbito da Associação.

Também tivemos ocasião de conversar com a Presidência do Fundo Pérez Guerrero, com a Presidência Executiva. Sabem que nós somos beneficiários, neste momento, de um fundo de cooperação técnica manejado através do PNUD do fundo Pérez Guerrero, e esperamos ser beneficiários de uma nova cooperação técnica neste campo, agora dirigida também ao campo do transporte, mas especificamente orientada ao campo das estatísticas, que é outra das prioridades fixadas pela Conferência de Ministros de Transportes, Obras Públicas e Comunicações da América do Sul.

Senhor Presidente, tanto em Cartagena quanto em Caracas falamos com a Secretaria Permanente do SELA e, em Bogotá, com o Secretário-Executivo da CEPAL. Queremos fazer alguns trabalhos com eles. Estamos fazendo um e já está sendo convocada a reunião de Responsáveis pela Política Comercial da América Latina e do Caribe para final do mês de julho, na sede da Comunidade, em Lima, e estamos pensando também em um trabalho conjunto para o próximo ano, para comemorar o XX aniversário da assinatura do Tratado e os primeiros quarenta anos dos esforços de integração entre os países-membros da Associação. Estamos dedicados a realizar uma série de tarefas que, no campo acadêmico, implicariam necessariamente, pelo menos, a participação da CEPAL em um trabalho sobre a "história da integração da América Latina" e com base em uma proposta que consideramos de suprema importância, feita pelo Embaixador da Colômbia durante a comemoração do XXX Aniversário do Acordo de Cartagena. Também iniciamos conversações para elaborar o "livro branco da integração econômica", "the white book", como se denominou. Neste campo vamos solicitar a cooperação, aproveitando que está presente, para começar a comprometê-lo pessoalmente, o Senhor Representante da OEA, que estamos certos de que fará todos os esforços pertinentes para ajudar-nos nesta matéria.

Por último, Senhor Presidente, não posso deixar de mencionar que tive uma reunião muito importante com o consultor que nos está assessorando em matéria de sistemas de gestão interna da Secretaria-Geral, que estará novamente em Montevideu a partir de 21 de junho. E é nossa intenção, Senhor Presidente, que na próxima sessão do Comitê de Representantes, que está sendo programada para o dia 23, apresentar um relatório sobre como nossa administração está cumprindo com as pautas da Resolução 47 (IX), emanada da Nona Reunião do Conselho de Ministros e

aproveitaremos também essa oportunidade para que o consultor contratado para o sistema de gestão faça uma exposição no Comitê a fim de começar a compartilhar com os senhores desta nova forma de administração que estamos realizando dentro da Secretaria-Geral.

A última etapa da viagem foi Santa Cruz, onde fomos convidados para participar do Congresso Nacional de Exportadores. Compartilhamos de um painel com o Secretário-Geral da Comunidade Andina, querido amigo e patricio Sebastián Alegrett, e com o Senhor Ministro de Comércio Exterior da Bolívia.

Em Cartagena estiveram presentes o Embaixador Cárdenas, da Colômbia, e o Embaixador Serrano do Equador, como ex-membro da Junta do Acordo de Cartagena, e o Embaixador Lea Plaza esteve na Bolívia acompanhando-nos neste Congresso Nacional de Exportadores no qual, como dizia, tivemos ocasião de compartilhar não somente das experiências em matéria de integração econômica e estabelecer maiores vínculos com a Comunidade Andina, com a qual já temos contatos mais fluídos, mas também com o Ministério de Comércio Exterior da Bolívia, tendo conversações muito oportunas, tanto com o Ministro como com o Vice-Ministro de Exportações, que está programando, em breve, uma viagem, a Montevideú.

Em termos gerais, Senhor Presidente, creio que esta viagem foi muito produtiva, sobretudo, Presidente, por uma coisa: marcar presença da ALADI. Na verdade, este é um ponto muito importante, porque todos usam a ALADI, todos tiram vantagens, todos a utilizam, todos ganham dinheiro com a ALADI, todos resolvem problemas com a ALADI, mas ninguém sabe, na hora da verdade, que há por trás da ALADI. Eu comentava na reunião da Mesa que tive uma reunião com um empresário que me mencionou os excelentes benefícios que obtinha com as isenções tarifárias nas importações que chegavam à Venezuela, procedentes do Chile, sem pagar impostos, porque estavam liberadas e, além disso, comentou-me que se beneficiava de um acordo entre os bancos centrais, já que ele, como importador, pagava em bolívares e o exportador recebia pesos e que ele não utilizava dólares, que ele não tinha nada a ver com o movimento de dólares. Tive que explicar-lhe que tudo isso fazia parte das atividades da ALADI.

Por isto, considero muito importante manter este sistema de presença e estabelecer, efetivamente, como estamos empenhados em fazê-lo, uma política de difusão e de vender nosso produto, porque este produto é bom, é um produto necessário e os países o apreciam e querem o produto, mas ninguém sabe de onde é o produto. Utilizam o produto, mas não têm idéia. A ALADI é um grande negócio. Então, devemos sair a vender e sair a promover permanentemente. Tive ocasião, por exemplo, de conversar longamente com o Presidente do Paraguai na viagem entre Buenos Aires e Bogotá, com o Chanceler do Paraguai, entre Bogotá e Cartagena, estivemos também longo tempo no aeroporto, compartilhamos muitos temas e se surpreendiam das coisas que nós fazíamos e que eles tinham à mão, a sua disposição, mas sem ter consciência de que esse documento com carimbo da ALADI, que ninguém lê, é muito importante e se chama "produto ALADI". Creio que é muito importante, Senhor Presidente, continuar neste processo de participação e de divulgação.

Desejo manifestar-lhes também que o convite para o Congresso Nacional de Exportadores da Bolívia foi totalmente, as despesas emanadas dessa participação, pago pelo setor privado boliviano.

Senhor Presidente, isso é o que tenho para informar-lhes sobre minha viagem. Fico à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento que considerem conveniente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Pergunto se há alguma consideração sobre o relatório apresentado pelo Senhor Secretário-Geral. Se não houver, passaríamos ao seguinte ponto.

- Situação em que se encontra a adesão da República de Cuba ao Tratado de Montevideu 1980.

PRESIDENTE. Tem a palavra, novamente, a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

É importante e devemos informar que o Embaixador de Cuba nos manteve permanentemente informados sobre a evolução da negociação que seu país está realizando com os países de menor desenvolvimento econômico relativo para a estruturação das listas de abertura de mercado. Tivemos notícias de que concluíram as negociações de forma satisfatória com a República do Equador e do Paraguai —e esta é uma informação que obtivemos na República da Bolívia sobre a viagem que anteriormente lhes comentava- de que hoje e amanhã uma delegação do Governo cubano visitará o Governo boliviano com a intenção, entre outras, de concluir a negociação referente às listas de abertura de mercado, com o qual, Senhor Presidente, ficaria completa uma parte do ciclo que teria a ver com a incorporação definitiva de Cuba ao processo de integração que postula o Tratado de Montevideu 1980.

Igualmente, do ponto de vista formal, já não de fundo, a Secretaria-Geral manteve contatos com a Embaixada de Cuba a fim de atender alguns aspectos de caráter protocolar que seriam comunicados, no momento adequado, às demais Representações. Trata-se, simplesmente, de aspectos relacionados com bandeiras, lugar na sala, etc., todos esses aspectos, e a reunião, logicamente, que faremos no momento se sua incorporação.

Finalmente, Senhor Presidente, queríamos manifestar que a Secretaria-Geral distribuiu um projeto de protocolo referente ao Acordo de Alcance Regional nº 4, que institui a PTR. E seria conveniente fazer uma análise pormenorizada sobre esta matéria. Senhor Presidente, isso era o que queríamos informar.

Em síntese, há um avanço substancial que permite vislumbrar que a República de Cuba, efetivamente, materializará seu ingresso na Associação conforme estabelecido na Resolução 50 (X) da última reunião do Conselho de Ministros em uma data relativamente próxima, porque a necessidade de incorporar este tema, embora seja no ponto “assuntos diversos” do próximo Comitê de Representantes para que este possa tomar as providências correspondentes, surge do fato de que, afortunadamente para a Associação, pensamos que esta incorporação se realizará em um período relativamente breve. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Unicamente para solicitar, que talvez seja útil contar com um memorando da Secretaria sobre os avanços da incorporação de Cuba. Será muito útil para nós, para enviá-lo a nossas capitais. Enfim, para que estejam informados, todos, sobre a situação. Obrigado.

PRESIDENTE. Com muito prazer, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente.

Meu pedido inicial era, fundamentalmente, além de escutar esta informação da Secretaria-Geral, solicitar-lhe que se reúna o grupo de trabalho –considero que é o foro adequado- com a finalidade de examinar, de forma conjunta, todos estes aspectos e tratar, de forma detalhada, o processo de incorporação ou de adesão de Cuba ao Tratado de Montevideu 1980 e examinar também os textos jurídicos que estão sendo elaborados para esses efeitos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Como Vossa Excelência manifesta, a idéia seria convocar o grupo de trabalho que tratou a adesão de Cuba, com vistas, somente, a evitar ou harmonizar ou coordenar os textos jurídicos correspondentes a fim de evitar surpresas nos últimos momentos, de que exista talvez um protocolo com um nome de que alguém não goste, enfim, questões de forma, mas que podem facilitar a rápida e expedita incorporação de Cuba a esta Mesa.

Portanto, proporíamos e reiteraríamos a proposta do Embaixador da Colômbia de convocar este grupo de trabalho, obviamente, nesta ocasião, com a presença de Cuba, para fazer esta análise de coerência e evitar surpresas na elaboração final dos textos.

Certamente, esse grupo de trabalho partiria e tomaria como elemento de base o pedido do Representante do México sobre um memorando sobre o tema.

Se estivermos todos de acordo, convocaríamos este grupo. Para concluir esta reunião me permitiria recordar que na prática fizemos três reuniões ad hoc de Chefes de Delegação; a primeira, para tratar o tema do Artigo 14 do projeto de resolução, renegociação, waver; a segunda, para examinar a evolução do processo de integração da maneira mais fluída possível, e, a terceira, para examinar os aspectos finais da adesão de Cuba a nossa Associação.

Solicitaríamos à Secretaria que, em consulta com a Mesa, no mais breve prazo possível, uma proposta sobre datas para estas reuniões, uma vez que vejamos a coerência dos trabalhos que devemos realizar na próxima semana. Muito obrigado, Senhores Representantes.

Encerra-se a sessão.